

PESQUISA - FACALE

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: SUJEITOS, TEMPOS E ESPAÇOS EDUCATIVOS

Ana Paula Oliveira Da Silva (anapaulabuccioni@gmail.com)

Washington Cesar Shoiti Nozu (washingtonnozu@ufgd.edu.br)

A Educação Especial no Brasil tem passado por significativas transformações ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças nas abordagens e diretrizes para atender os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Desde a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973, o país começou a reconhecer a Educação Especial como parte integrante de sua política educacional. Este estudo objetivou analisar as políticas brasileiras de Educação Especial de 1994, de 2008 e de 2020, com vistas a identificar as (des)continuidades dos sujeitos, tempos e espaços educativos. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando fontes documentais e bibliográficas para compreender os contextos históricos das políticas e seus impactos práticos no cotidiano escolar. Os resultados indicam que, quanto aos sujeitos, apesar de algumas mudanças de nomenclaturas, as três políticas de Educação Especial mantiveram as categorias de deficiência, condutas típicas/transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. No que tange aos tempos e espaços educativos, a Política Nacional de Educação Especial de 1994 estabeleceu um modelo baseado na integração, promovendo a inserção parcial dos alunos em ambientes educacionais. Em contraste, a Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 buscou garantir a participação plena dos alunos público da Educação Especial em classes comuns de escolas regulares de ensino e salientou a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), de modo complementar e suplementar à escolarização destes estudantes. A Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, de 2020, emergiu com novas diretrizes, prometendo uma educação equitativa e inclusiva, mas gerando controvérsias, pois retornou com a ideia de integração, com destaque para as classes especiais, o que para muitos especialistas pode ser visto como um retrocesso. A análise das políticas revela a necessidade de um compromisso contínuo, para além das políticas de governo, com o direito à escolarização dos estudantes público da Educação Especial. O estudo contribuiu, ainda, para uma compreensão mais profunda das mudanças nas políticas de Educação Especial no Brasil e suas implicações para a prática educacional, destacando a importância de um panorama que valorize as diferentes capacidades de aprendizado e promova a inclusão de todos os alunos no sistema educacional, garantindo seu desenvolvimento pleno.

Agradecimentos: Este trabalho foi realizado com o apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Palavras-chave: políticas educacionais; educação especial; pesquisa documental.